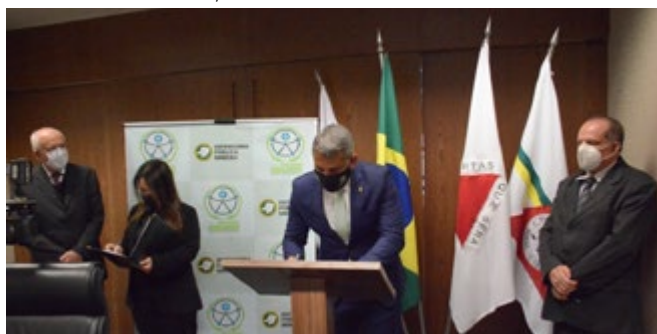


Defensoria de Minas e TJMG firmam cooperação técnica para efetivação dos direitos das pessoas com deficiência

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) assinaram o Termo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento do projeto “Inclusão Verde Mundo – Rede em Proteção”. A assinatura aconteceu na terça-feira (20/7) na sede do TJMG, em Belo Horizonte.

O defensor público-geral Gério Patrocínio Soares assina o Termo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Foto: Marcelo Sant’Anna/DPMG



PÁGINA 2

Decisão favorável em ACP da Defensoria Pública do Estado garante medidas para a saúde da população LGBTI+ na Penitenciária de São Joaquim de Bicas I

PÁGINA 3

Novo episódio do Expresso e-Defensoria traz “Visual Law” como tema

Técnica lança mão de elementos visuais nas informações jurídicas para tornar o Direito compreensível a todos

Acontece no dia 30/7, às 10 horas, mais um episódio da série lançada pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), “Expresso e-Defensoria”. Dessa vez, a palestra virtual trará o *Visual Law* como temática.

Esse termo significa, em suma, o emprego de elementos visuais nas informações jurídicas com o intuito de transformar o Direito mais claro e compreensível a todos. As técnicas utilizadas para o melhor entendimento são variadas e envolvem o uso de vídeos, infográficos, fluxogramas, entre outros recursos.

O encontro online, que será transmitido pelo canal da Defensoria de Minas no YouTube ([c/defensoriamineira](https://www.youtube.com/c/defensoriamineira)), contará com a participação do defensor público e especialista em direito digital Roger Vieira Feichas. O palestrante é o advogado, professor e pesquisador Bernardo de Azevedo. Além de estudioso de Direito, inovação e novas tecnologias, Azevedo é coordenador do primeiro grupo de pesquisa em Visual Law do Brasil, o VisuLaw, e coorganizador do livro “Visual Law: Como os Elementos Visuais Podem Transformar o Direito”.

A palestra será dirigida aos membros e servidores da DPMG, além do público em geral.



Expediente e atendimentos presenciais na DPMG suspensos temporariamente

Veja aqui os canais de atendimento remoto e as Resoluções Conjuntas 002 e 006/2021

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Ações em destaque • Na mídia **PÁG. 2 a 4**
- > Mundo oficial **PÁGINA 3**
- > Escola Superior **PÁGINA 5**
- > Procedimentos e comunicados internos **PÁG. 6 e 7**

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria de Minas e TJMG firmam cooperação técnica para efetivação dos direitos das pessoas com deficiência

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) assinaram o Termo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento do projeto “Inclusão Verde Mundo – Rede em Proteção”. A assinatura aconteceu na terça-feira (20/7) na sede do TJMG, em Belo Horizonte. O termo foi assinado pelo defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares; pelo 1º vice-presidente do TJMG, desembargador José Flávio de Almeida, representando o presidente do órgão, desembargador Gilson Soares Lemes; pelo 3º vice-presidente, desembargador Newton Teixeira Carvalho; e pela superintendente de Equidade de Gênero, Raça, Diversidade, Condição Física ou Similar do TJMG, desembargadora Maria Inês Souza.

Estiveram presentes, ainda, pela Defensoria Pública, a chefe de Gabinete, defensora pública Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; a coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC) da DPMG, defensora pública Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser; o coordenador da Defensoria Especializada da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, defensor público Estevão Machado de Assis Carvalho; e o defensor público e um dos idealizadores do “Inclusão Verde

Foto: Marcelo Sant’Anna/DPMG



Solenidade de assinatura reuniu membros da Defensoria e do TJMG na sede do Tribunal, em Belo Horizonte

Seminário sobre os direitos da pessoa com autismo

O defensor público Luís Renato Arêas Pinheiro, coordenador do projeto “Inclusão Verde Mundo – Rede em Proteção”, desenvolvido pela Defensoria de Minas, participou do “1º Seminário do Autismo: Conhecer para Incluir”. A iniciativa aconteceu no dia 15/7 e foi promovida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Confins. Luís Renato falou sobre os direitos da pessoa com autismo e sobre o trabalho da Defensoria Pública em articular um movimento de rede com as demais instituições do sistema de Justiça, tendo como base o projeto Inclusão Verde Mundo, para a implementação destes direitos.

[Clique aqui para assistir o seminário na íntegra.](#)

Mundo – Rede em Proteção”, Luis Renato Arêas Pinheiro.

Pelo TJMG, participaram, também o 2º vice-presidente, desembargador Tiago Pinto; o juiz auxiliar da 3ª vice-presidência, José Ricardo Veras; o superintendente da Saúde do TJMG, desembargador Bruno Terra Dias; o superintendente administrativo adjunto, desembargador José Artur, entre outras autoridades.

A parceria tem como objetivo unir esforços e desenvolver as ações, como política pública permanente de trabalho, previstas no projeto Inclusão Verde Mundo, visando a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. Idealizado pela DPMG, o projeto pretende agregar em uma atuação mais ampla a estruturação da rede de proteção das pessoas com deficiência entre as instituições do Sistema de Justiça e outras instituições públicas ou privadas.

A DPMG vai agregar e dar suporte, por meio de sua atuação extrajudicial, às diversas instituições representativas, assistidos com deficiência e suas famílias, visando à efetivação dos direitos nos planos municipal, estadual e federal, principalmente naquelas comarcas mais carentes. Ao TJMG, dentre outras atribuições, compete a definição conjunta com a DPMG de estratégias para encaminhamento à rede de proteção dos casos de vulnerabilidade de pessoas com deficiência, identificados nos Cejusc’s e Juizados Especiais.

[Leia a matéria na íntegra](#)

NA MÍDIA

Reportagem aborda programa da Defensoria, com parceria do TJMG, para proteção das pessoas com deficiência

[TJMG](#)

Defensoria e Tribunal firmam cooperação para efetivar direitos das pessoas com deficiência

[Portal CNJ](#)



AÇÕES EM DESTAQUE

Decisão favorável em ACP da Defensoria de Minas garante medidas para a saúde da população LGBTI+ na Penitenciária de São Joaquim de Bicas I

A 1ª Vara Cível e Juizado Especial Cível da comarca de Igarapé deferiu a tutela de urgência na ação civil pública (autos nº 5001703-76.2021.8.13.0301), ajuizada pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) em favor das pessoas presas na Ala LGBTI+ da Penitenciária de São Joaquim de Bicas I, em razão do histórico de autoextermínios e carência de providências para preservar a saúde e a vida deste grupo privado de liberdade.

De janeiro a julho de 2021, o presídio com ala LGBTI+ de São Joaquim de Bicas registrou seis casos de autoextermínio consumados, além de oito tentativas.

Na decisão, proferida na quarta-feira (21/7), foram acolhidos os pedidos de implementação de unidade básica de saúde e de assistência social; capacitação de servidores para o tratamento digno do grupo em questão; implantação de protocolo de atendimento a pessoas com tendências suicidas e a garantia de acesso ao tratamento hormonal e ao processo transexualizador; e o acompanhamento de saúde específico, além do psicológico e psiquiátrico, levando em conta o agravamento do quadro de saúde mental na unidade.

Na análise da ACP, a juíza Viviane Queiroz da Silveira Cândido entendeu que houve demonstração de omissão e negligência estatal “diante de vários episódios de tentativa e de autoextermínio dos presos situados na Penitenciária Jason Albergaria e de indícios de que os responsáveis, supostamente, estavam cientes das condições psíquicas DOS presos e nada fizeram”, conforme descrito na decisão. A juíza argumentou ainda que, mesmo o Estado concentrando o grupo LGBTI+ em uma úni-

ca unidade prisional, não houve queda nos índices de tentativas de suicídio e do autoextermínio, inclusive com o último caso tendo acontecido na madrugada da quarta-feira, dia 21 de julho, às vésperas da decisão.

Visita técnica – Na quinta-feira (22/7) os defensores públicos Paulo César Azevedo de Almeida e Camila Souza dos Reis Gomes, responsáveis pela ACP, acompanhados do secretário de Justiça e Segurança Pública, Rogério Greco, da juíza da Vara de Execuções Penais, Bárbara Isadora Santos Sebe Nardy, e de representante do Ministério Público de Minas Gerais, realizaram visita na unidade para averiguarem a situação no local.

[Leia a matéria na íntegra e acesse a decisão](#)

NA MÍDIA

Profissionais da saúde vão atuar na prevenção de suicídios de presos da população LGBTQIA+ em presídio de Bicas

[Itatiaia](#)
[Ouça o áudio](#)

Justiça determina que governo faça mudanças em penitenciária para evitar mais suicídios entre detentos LGBTQIA+

[Portal G1 Minas](#)

Contra suicídios, Justiça determina melhorias para detentos LGBTQIA+ em MG

[Portal O Tempo](#)

MUNDO OFICIAL

Defensor-geral recebe visita da desembargadora Márcia Milanez, coordenadora-geral do programa PAI-PJ

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, recebeu em seu gabinete, na quinta-feira (22/7), a desembargadora Márcia Milanez, coordenadora-geral do Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário (PAI-PJ), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Ela estava acompanhada do juiz de Direito Luís Fernando Nigro, coordenador executivo do PAI-PJ, e Louise Bernardes de Queiroz, da Assessoria do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo.

Também participaram do encontro o subdefensor público-geral de Minas Gerais, Nikolas Stefany Macedo Kato-podis; a chefe de Gabinete da DPMG, defensora pública Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias; e a assessora Insti-

Foto: Marcelo Sant'Anna/DPMG



tucional, defensora pública Emília Eunilce Alcaraz Castilho. Na ocasião foram tratados temas de interesse institucional.

AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG é signatária de Carta de Premissas que define termos de acordo para reparação dos danos provocados pelo desastre de Mariana

A Defensoria Pública de Minas Gerais é signatária da Carta de Premissas que aponta caminhos para a reparação dos danos provocados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, ocorrido em 2015. O documento foi assinado na quinta-feira (22/7) e define o cronograma acordado entre as empresas responsáveis – Samarco, Vale e BHP Billinton –, instituições públicas e os governos de Minas Gerais e Espírito Santo.

O consenso foi obtido no âmbito do Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luiz Fux, encabeça a lista de signatários. Pela DPMG assinaram a carta o defensor público-geral Gério Patrocínio Soares, a chefe de Gabinete Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias e a defensora pública Carolina Morishita Mota Ferreira, em atuação no Núcleo de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise.

Entre os dez pontos definidos pela carta estão a formulação de um acordo integral, definitivo e célere no prazo de 120 dias; um cronograma de reuniões

semanais para avaliação de 42 projetos socioeconômicos e ambientais relacionados ao rompimento da barragem; e a suspensão temporária por 120 dias da ação civil pública de R\$ 155 bilhões sobre o tema – renovável a partir de acordo entre as partes.

Segundo o CNJ, as premissas representam pilares a partir dos quais o diálogo poderá avançar sem que haja retrocesso. O objetivo é evitar que sejam acrescentadas novas ações judiciais ao acervo de cerca de 85 mil processos na Justiça brasileira relacionados ao rompimento da barragem de Fundão, de acordo com os dados do Observatório Nacional.

O uso de soluções consensuais também foi definido na carta para tratar as controvérsias técnicas de difícil solução. A busca da resolução pacífica dos conflitos, de forma a favorecer os atingidos de maneira célere e justa, como ocorreu na exitosa experiência no desastre de Brumadinho, é uma das premissas constitucionais da Defensoria Pública.

Além disso, há a previsão de continuidade de medidas reparatórias. Quanto ao cronograma de reuniões, a carta prevê que encontros ocorram nas próximas 17 semanas e define os assuntos a serem discutidos.

[Leia a matéria na íntegra e conheça a Carta de Premissas](#)

NA MÍDIA: VOLTA AS AULAS

Prefeitura de BH libera retorno imediato de aulas presenciais do ensino médio

[Portal O Tempo](#)

CAMPANHAS SOLIDÁRIAS

'Sou Solidário', Cejusc Januária

A Defensoria Pública de Minas Gerais está participando da campanha "Sou Solidário", promovida pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Januária (Cejusc), com o objetivo de arrecadar cestas básicas para ajudar as famílias carentes da região que se encontram em situações de vulnerabilidade.

As doações podem ser entregues, **até o dia 31 de julho**, na sede da DPMG em Januária – Rua Coronel Serrão nº 43, Lj. 1 – Centro – das 8 às 17 horas.

'Distribua abraços, doe um agasalho'

A **7ª edição da campanha #CalorHumano** está arrecadando roupas, cobertores e acessórios de inverno, em bom uso, para doar às entidades socioassistenciais que atendem idosos, pessoas em situação de rua, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no estado, **até o dia 31 de agosto**. Além da DPMG, diversos parceiros solidários se juntaram em uma grande mobilização social. Em Belo Horizonte, são 27 pontos para recebimento da doação.

[Saiba mais informações e pontos de coleta aqui](#)



ESCOLA SUPERIOR - ESDEP INFORMA

5º encontro sobre a LGPD

Na sexta-feira (23/07) aconteceu o 5º encontro do ciclo de palestras sobre a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), promovido pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro (DPRJ), com a temática “Proteção de dados e Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos”. Foram palestrantes do encontro, o juiz da Corte Europeia de Direitos Humanos (entre 2012 e 2020) Paulo Pinto de Albuquerque, e o coordenador da área de Direitos e Tecnologia do Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS) do Rio de Janeiro, Christian Perrone, especialistas no tema. A transmissão da palestra foi realizada via YouTube salva no canal da DPRJ ([c/ASCOMDPGERJ](https://www.youtube.com/channel/UCASCOMDPGERJ)).

Ciclo de debates – O evento teve início no dia 11 de junho e foi organizado com o intuito de engajar e familiarizar o público interno nas práticas de privacidade implementadas nos respectivos órgãos de atuação, a fim de adequar a assistência jurídica prestada pela instituição à LGPD.

Chamada de artigos para revista da Defensoria Pública de São Paulo

A Escola Superior da Defensoria Pública de São Paulo abre o prazo para envio de artigos para o próximo número da Revista da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, cujo dossiê temático será sobre o “Processo Penal Juvenil”. Serão aceitos artigos que abordem a temática a partir da perspectiva processual, em atenção aos direitos humanos e, especialmente, de adolescentes em meio a processo de responsabilização pela prática de ato infracional, garantias, nulidades, vedação de tratamento mais gravoso em relação aos adultos, contraditório e ampla defesa, nas etapas pré-processual (fase policial e ministerial) e processual na fase de conhecimento, nos aspectos jurídicos, sociais, pedagógicos e psicológicos.

Os artigos deverão ser enviados até 15 de setembro de 2021. As orientações estão disponíveis em: <https://ojs.defensoria.sp.def.br/index.php/RDPSP/index>

BOLETIM INFORMATIVO DA DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Produção e diagramação: Ascom/DPMG



[@defensoriamineira](https://www.facebook.com/defensoriamineira)



[c/defensoriamineira](https://www.youtube.com/channel/UCASCOMDPGERJ)



[@defensoriamg](https://twitter.com/defensoriamg)



www.defensoria.mg.def.br

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

Lei Geral de Proteção de Dados na Defensoria

Em vigor, a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709) tem como objetivo a proteção de dados relativos a qualquer pessoa física que se encontre no território brasileiro, com impacto em nosso dia a dia.

Para informar e promover a conscientização sobre a LGPD e sua aplicação, uma série de cards de apresentação e dicas estão sendo divulgados periodicamente em canais internos da DPMG, como estes abaixo:



É PERMITIDO PELA LGPD, O USO COMPARTILHADO DE DADOS ENTRE ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ?

Sim. Entretanto, o uso compartilhado de dados pessoais pelo Poder Público deve atender as finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal pelos órgãos e pelas entidades públicas, como por exemplo informações ao INSS, e-social, fiscalizações etc.



EXISTE DISPOSIÇÃO NA LGPD SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE DADOS ENTRE PODER PÚBLICO E O SETOR PRIVADO ?

A LGPD veda a transferência de dados entre o Poder Público e as empresas e instituições privadas, exceto nos seguintes casos:

- Em que os dados forem acessíveis publicamente.
- Na execução descentralizada de atividade pública que exija essa transferência exclusivamente para esse fim específico.
- Quando houver previsão legal e a transferência for respaldada em contratos, convênios ou acordos.
- Se o objetivo for a prevenção de fraudes e de proteção dos titulares dos dados.



O cidadão confia seus dados à Defensoria. Não deixe informações nas mãos de terceiros.



DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

Consulta para cooperação voluntária e temporária no Mutirão do Júri na comarca de Belo Horizonte

Edital está aberto para interessados em cooperarem voluntariamente na 2ª Defensoria do Tribunal do Júri em Belo Horizonte, em agosto de 2021. A cooperação abrangerá a realização da sessão plenária, bem como a interposição de recursos e apresentação de razões e/ou contrarrazões recursais.

Inscrição **até as 23h59 de 26/7/2021**, por e-mail direcionado ao endereço criminal@defensoria.mg.def.br, especificando o processo para o qual está se inscrevendo.

[Acesse aqui a Resolução nº 261/2021](#)

Alterações na coordenadoria do Nudem-BH

A defensora pública Maria Cecília Pinto e Oliveira foi designada, a partir do dia 21/7, para a função de coordenadora da Especializada na Defesa dos Direitos das Mulheres em Situação de Violência na Capital (Nudem-BH).

Já a defensora pública Samantha Vilarinho Mello Alves foi para a Assessoria Institucional da Defensoria Pública-Geral, com funções relacionadas à Coordenadoria Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres.

[Resolução 266/2021](#)

COORDENADORIA CRIMINAL

Solução temporária para o problema das senhas de acesso do ISP

A Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública informa que disponibilizou solução paliativa para o problema das senhas do ISP (sistema de Inteligência de Segurança Pública), que se expiram rapidamente.

Enquanto o problema está em avaliação pela Prodemge, a orientação da Sejusp é que os usuários façam alteração nas configurações do navegador para viabilizar o acesso ao ISP.

[Acesse aqui o tutorial](#)

Fonte: Ascom/DPMG (22/7/2021)

COOPROC INFORMA

Alteração no fluxo de envios de resultado de exames de DNA

Por meio do Memorando Circular nº 005/2021-Coo Proc/DPMG, a Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias informa que a partir deste mês de julho os laudos dos exames de DNA serão encaminhados exclusivamente para o defensor ou defensora solicitante, via e-mail institucional, observando as medidas necessárias para garantia do sigilo legal dos dados compartilhados.

continua >>

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS

A alteração no fluxo de envio dos resultados dos exames de DNA foi determinada pelo Órgão Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da DPMG e segue as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

[Memorando Circular nº 005/2021-CooProC/DPMG.](#)

SGPSO

Atualização de pesquisa interna sobre vacinação de Covid-19

Com o avanço da vacinação contra a Covid-19 em Minas Gerais, é necessário que a DPMG conheça em que estágio se encontra o seu público interno em relação à cobertura vacinal. Para tanto, foi elaborada uma pesquisa para identificação de vacinados ou não no âmbito da Defensoria Pública de Minas Gerais.

A pesquisa deve ser respondida até 30/09/2021. Todos deverão responder, mesmo aqueles que já responderam na primeira consulta, diante da necessidade de atualização dos dados. A pesquisa é simples, rápida e muito importante para as diretrizes institucionais. Sua participação é importante!

[Clique aqui para acessar e responder a pesquisa.](#)

STI INFORMA

